



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DO AMAZONAS**



Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Agosto/2022

**IV Concurso Público para Provimento de Cargos  
Assistente Técnico de Defensoria  
Especialidade: Assistente Técnico Administrativo**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**

**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Santo Agostinho, teólogo e filósofo, refletiu sobre a liberdade humana.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

**VOCÊ DEVE**

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

**ATENÇÃO**

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 6, leia o texto abaixo.

*Você talvez conheça o baiacu, ou os sabores desse peixe. Eu conheço outro: o Baiacu de Ouro, um prêmio literário que recebi em Manaus há uns vinte anos.*

*Um dia alguém me telefonou e deu a notícia. Agradei com duas palavras e disse que eu não ia fazer discurso na solenidade de entrega. Minha surpresa maior foi o envelope balofo que recebi junto com o Baiacu. Não era um cheque, era dinheiro mesmo. Mas como a inflação também era balofo, meu ânimo arrefeceu.*

*Tive que ouvir um discurso, felizmente breve, e mesmo brevíssimo, sem firulas e salamaleques. Depois, quatro músicos interpretaram o "Quarteto Nº 1", de Villa-Lobos. Eram músicos búlgaros, louros de rostos rosados, e todos usavam traje a rigor na noite abafada. O envelope gordo não entrava no meu bolso, tive que segurá-lo enquanto ouvia o primeiro movimento do Quarteto do grande compositor. Depois do "Canto lírico" me entreguei a um devaneio: não fosse a queda do Muro de Berlim, esses virtuosos das cordas não estariam interpretando com esmero "Melancolia" diante de um escritor emocionado, que apalpava um envelope obeso. Esses músicos são a maior contribuição da queda do Muro para o Amazonas, pensei, prestando atenção à harmonia, vendo mãos búlgaras movimentar arcos e beliscar cordas, o suor escorrendo de queixos e orelhas dos Balcãs até gotejar no assoalho de uma cidade amazônica.*

*Aplaudi de pé, o coração disparado.*

*Quando saí da sala, abri o envelope, contei as cédulas de cruzados: dava para alimentar meu gato por três meses e ainda levá-lo a um bom veterinário.*

(Adaptado de: HATOUM, Milton. **Sete crônicas**. Belo Horizonte: Páginas Editora, 2020, edição digital)

1. Existe diálogo explícito do autor com o leitor no trecho:

- (A) *Esses músicos são a maior contribuição da queda do Muro para o Amazonas, pensei,*
- (B) *Você talvez conheça o baiacu, ou os sabores desse peixe.*
- (C) *Aplaudi de pé, o coração disparado.*
- (D) *Um dia alguém me telefonou e deu a notícia.*
- (E) *Tive que ouvir um discurso, felizmente breve.*

2. Ao receber o Baiacu de Ouro, o narrador mostra-se

- (A) constrangido porque não conhecia ninguém na festa de premiação.
- (B) envaidecido por se considerar um dos orgulhos da literatura brasileira.
- (C) entediado por se sentir na obrigação de fazer um discurso.
- (D) espantado com o tamanho do envelope que acompanhou o prêmio.
- (E) desanimado pelo ínfimo valor do prêmio na moeda da época.

3. *O envelope gordo não entrava no meu bolso, tive que segurá-lo enquanto ouvia o primeiro movimento do Quarteto do grande compositor.*

Sem prejuízo para as relações de sentido, fazendo-se as devidas alterações entre maiúsculas e minúsculas, o trecho acima pode ser iniciado com o seguinte termo:

- (A) Como
- (B) Contanto que
- (C) Conquanto
- (D) Apesar de
- (E) À medida que



4. Um dia alguém me telefonou e deu a notícia.

O termo sublinhado exerce, no contexto, a mesma função sintática que o também sublinhado em:

- (A) dava para alimentar meu gato por três meses.
- (B) o Baiacu de Ouro, um prêmio literário que recebi em Manaus há uns vinte anos.
- (C) Mas como a inflação também era balofa.
- (D) Tive que ouvir um discurso, felizmente breve.
- (E) Depois, quatro músicos interpretaram o “Quarteto N° 1”, de Villa-Lobos.

5. não fosse a queda do Muro de Berlim, esses virtuosos das cordas não estariam interpretando com esmero “Melancolia”

Mantendo a correção e as relações de sentido, o trecho sublinhado pode ser corretamente substituído por:

- (A) se não teria
- (B) caso não tivera
- (C) caso não houvera
- (D) desde que não houvesse
- (E) se não tivesse havido

6. “Metonímia é uma figura de linguagem em que se verifica o emprego da parte pelo todo, do efeito pela causa, do autor pela obra etc.” (Dicionário Aulete online).

Considerando a definição acima, observa-se emprego de metonímia no trecho sublinhado em:

- (A) Quando saí da sala, abri o envelope, contei as cédulas de cruzados:
- (B) vendo mãos búlgaras movimentar arcos e beliscar cordas.
- (C) dava para alimentar meu gato por três meses e ainda levá-lo a um bom veterinário.
- (D) o suor escorrendo de queixos e orelhas dos Balcãs até gotejar no assoalho de uma cidade amazônica.
- (E) Aplaudi de pé, o coração disparado.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 13, leia o texto abaixo.

Meu caro,

Não pense que me esqueci das minhas obrigações, muito me aflige estar em dívida com você. Fiquei de lhe entregar os originais até o fim de 2015, e lá se vão três anos. Como deve ser do seu conhecimento, passei ultimamente por diversas atribuições: separação, mudança, seguro-fiança para o novo apartamento, despesas com advogados, prostatite aguda, o diabo. Não bastassem os perrengues pessoais, ficou difícil me dedicar a devaneios literários sem ser afetado pelos acontecimentos recentes no nosso país. Já gastei o adiantado que você generosamente me concedeu, e ainda me falta paz de espírito para alinhar os escritos em que tenho trabalhado sem trégua. Sei que é impróprio incomodá-lo num momento em que a crise econômica parece não ter arrefecido conforme se esperava. Estou ciente das severas condições do mercado editorial, mas se o amigo puder me adiantar mais uma parcela dos meus royalties, tratarei de me isolar por uns meses nas montanhas, a fim de o regalar com um romance que haverá de lhe dar grandes alegrias.

Um forte abraço.

(Adaptado de: BUARQUE, Chico. **Essa gente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, edição digital)

7. Derivação imprópria é um processo em que uma palavra muda de classe gramatical sem mudar de forma. Assim, observa-se esse processo no seguinte trecho:

- (A) Já gastei o adiantado que você generosamente me concedeu
- (B) tratarei de me isolar por uns meses nas montanhas.
- (C) Estou ciente das severas condições do mercado editorial
- (D) Não pense que me esqueci das minhas obrigações
- (E) Fiquei de lhe entregar os originais até o fim de 2015

8. O objetivo principal do autor da carta é

- (A) desfazer um contrato com o qual não está satisfeito.
- (B) mostrar-se solidário às condições financeiras adversas do destinatário.
- (C) desculpar-se pelo atraso na entrega de um trabalho.
- (D) solicitar adiantamento financeiro por um trabalho ainda não executado.
- (E) requerer prazo maior para a realização de um trabalho ainda não remunerado.



9. A correção gramatical se mantém na seguinte frase adaptada do texto:
- (A) Creio que já faz três anos que fiquei de lhe entregar os originais.
  - (B) O isolamento por uns meses nas montanhas, serão de grande valia para colocar o projeto em dia.
  - (C) Ultimamente, me ocorreu diversas atribuições à respeito do novo apartamento.
  - (D) Sei que, anda muito complicado a situação do mercado editorial.
  - (E) Não se extinguiu, conforme se esperava, as dificuldades referentes ao cenário econômico.
- 
10. *ainda me falta paz de espírito para alinhar os escritos em que tenho trabalhado sem trégua.*
- Considerado o contexto, a termo sublinhado introduz ideia de
- (A) temporalidade.
  - (B) consequência.
  - (C) causa.
  - (D) conformidade.
  - (E) finalidade.
- 
11. Mantendo a correção gramatical e as relações de sentido estabelecidas no texto, a frase “*muito me aflige estar em dívida com você*” assumirá a seguinte forma, caso seja iniciada por: “Disse-me que”
- (A) muito lhe afligiu que eu estava em dívida com ele.
  - (B) muito lhe afligia que estivessem em dívida comigo.
  - (C) muito o afligiu estarem em dívida com ele.
  - (D) muito lhe afligira a dívida que tinha comigo.
  - (E) muito o afligia estar em dívida comigo.
- 
12. A respeito da forma verbal empregada, o texto legitima o seguinte comentário:
- (A) Em “*passei ultimamente por diversas atribuições*”, a forma verbal exprime fato passado considerado contínuo.
  - (B) No trecho “*um romance que haverá de lhe dar grandes alegrias*”, existe, além da ideia de futuro, a de que o fato é desejado.
  - (C) Em “*Como deve ser do seu conhecimento*”, tem-se a expressão de um fato possível, mas considerado de pouca probabilidade.
  - (D) No trecho “*Não bastassem os perrengues pessoais*”, existe ideia de ação em processo.
  - (E) Em “*os escritos em que tenho trabalhado sem trégua*”, há emprego de voz passiva.
- 
13. *ainda me falta paz de espírito para alinhar os escritos em que tenho trabalhado sem trégua.*
- Mantendo a correção gramatical e as relações de sentido, o segmento sublinhado acima pode ser substituído por:
- (A) dos quais
  - (B) no qual
  - (C) do qual
  - (D) nos quais
  - (E) o qual
- 
14. *Um ano antes de publicar O contrato social, Rousseau ganhou atenção internacional com um romance, Júlia ou A nova Heloísa (1761). Embora os leitores modernos achem que a forma do romance em cartas tem às vezes um desenvolvimento torturantemente lento, os leitores do século XVIII reagiram de modo visceral.*
- (Adaptado de: HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos**. São Paulo: Companhia das Letras. Edição digital)
- Em relação à principal, a oração “*Embora os leitores modernos achem que a forma do romance em cartas tem às vezes um desenvolvimento torturantemente lento*” expressa uma
- (A) hipótese.
  - (B) comparação.
  - (C) adição.
  - (D) concessão.
  - (E) condição.

**Conhecimentos Jurídicos e Institucionais**

15. Nos termos da Constituição do Estado do Amazonas, a iniciativa de lei complementar que envolva a organização da Defensoria Pública do Estado compete ao
- (A) Defensor Público-Geral Federal.
  - (B) Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.
  - (C) Governador do Estado do Amazonas.
  - (D) Presidente da República.
  - (E) Defensor Público-Geral do Estado do Amazonas.
- 
16. A Defensoria Pública é tratada na Constituição Federal de 1988 como
- (A) função essencial à Justiça, desvinculada da Advocacia e incumbida da prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados.
  - (B) órgão autônomo, vinculado ao Poder Judiciário e incumbido da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
  - (C) órgão autônomo, integrante do Poder Judiciário e incumbido da prestação jurisdicional aos necessitados.
  - (D) função essencial à Justiça, integrante da Advocacia Pública e incumbida da prestação de assistência social aos necessitados.
  - (E) órgão autônomo, equivalente à Secretaria de Estado e incumbido da prestação jurisdicional aos necessitados.
- 
17. A Lei Complementar Federal nº 80/1994 prevê que a informação sobre a localização e horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública
- (A) deve ser publicada anualmente no respectivo Diário Oficial.
  - (B) é direito dos assistidos da instituição.
  - (C) compete à Ouvidoria-Geral da instituição.
  - (D) deve possuir os mesmos parâmetros em todo território nacional.
  - (E) compete à Corregedoria-Geral da instituição.
- 
18. A propositura da instauração de processo disciplinar contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 01/1990, compete
- (A) ao Conselho Superior.
  - (B) ao Subdefensor Público-Geral.
  - (C) à Corregedoria Geral.
  - (D) ao Defensor-Público Geral.
  - (E) a qualquer membro ou servidor da instituição.
- 
19. A autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública
- (A) não está prevista na Constituição Federal, mas na Lei Complementar Federal nº 80/1994.
  - (B) decorre da iniciativa legislativa advinda com a Emenda Constitucional nº 80/2014.
  - (C) é assegurada constitucionalmente às Defensorias Públicas Estaduais, da União e do Distrito Federal.
  - (D) depende de regulamentação pela Constituição de cada ente federativo.
  - (E) não se aplica às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal.
- 
20. A Lei Estadual nº 4.077/2014, que instituiu o quadro de servidores auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, ao dispor sobre a jornada de trabalho estabelece a
- (A) dedução remuneratória correspondente ao período de "atraso" superior à tolerância, independentemente de justificação.
  - (B) possibilidade de realização de hora extra a critério do próprio servidor.
  - (C) tolerância de trinta minutos para o "atraso" no registro de entrada do servidor.
  - (D) jornada de quarenta horas semanais para os cargos de provimento em comissão.
  - (E) jornada de quatro horas diárias para os servidores dos serviços auxiliares, ocupantes de cargo efetivo.



**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Noções de Direito Administrativo**

21. A forma de licitação regulada pela Lei nº 8.666/1993 é
- (A) a parceria público privada.
  - (B) o regime diferenciado de contratação.
  - (C) o concurso.
  - (D) o pregão.
  - (E) o sistema de registro de mercado.
- 
22. A Constituição Federal de 1988 prevê expressamente a obrigação de a Administração pública, direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios respeitar o princípio da
- (A) proporcionalidade.
  - (B) liberdade.
  - (C) autotutela.
  - (D) hierarquia.
  - (E) moralidade.
- 
23. Os poderes-deveres da Administração pública são:
- (A) correicional, da lei e da ordem, executivo e orçamentário.
  - (B) procedimental, concentrado, legislativo e vinculante.
  - (C) normativo, disciplinar, decorrente da hierarquia e de polícia.
  - (D) regulamentar, estratégico, da especialidade e tático.
  - (E) disciplinar, de investigação, legal e administrativo.
- 
24. Os serviços públicos classificados como sociais são aqueles
- (A) relacionados à atividade essencial, própria e privativa do Estado.
  - (B) prestados internamente ou que possuem natureza econômica.
  - (C) exclusivos, prestados direta ou indiretamente pelo Estado.
  - (D) previstos no capítulo da Constituição Federal de 1988 que trata da ordem social.
  - (E) voltados para a satisfação direta e individual das necessidades do cidadão.
- 
25. A permissão é considerada ato
- (A) unilateral, discricionário, pelo qual a administração faculta ao particular a execução de serviço público.
  - (B) unilateral, vinculado, pelo qual se exerce o controle do ato administrativo.
  - (C) bilateral, discricionário, usado para reconhecer ao particular o direito à prestação de um serviço público.
  - (D) unilateral, vinculado, voltado ao uso de bem público ou à prestação de serviço público.
  - (E) bilateral, discricionário, que faculta a quem preenche os requisitos legais o exercício de uma atividade.
- 
26. Os vícios do ato administrativo que podem ser convalidados são aqueles relativos
- (A) à incompetência exclusiva.
  - (B) à forma não essencial.
  - (C) ao motivo.
  - (D) à finalidade.
  - (E) ao objeto.
- 
27. Integram a Administração Pública Direta:
- (A) secretarias.
  - (B) sociedades de economia mista.
  - (C) autarquias.
  - (D) fundações.
  - (E) empresas públicas.
- 
28. Caracteriza o contrato administrativo, diferenciando-o de outros tipos de contratos da Administração:
- (A) as finalidades.
  - (B) as prerrogativas.
  - (C) a forma.
  - (D) os procedimentos.
  - (E) a competência.



29. A estabilidade é conquistada pelos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo após efetivo exercício por
- (A) 3 meses.
  - (B) 3 anos.
  - (C) 2 anos.
  - (D) 1 ano.
  - (E) 18 meses.
- 
30. A forma de ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração, é
- (A) parcerias público-privadas.
  - (B) concessão de serviço públicos.
  - (C) serviço de publicidade.
  - (D) convênio.
  - (E) concessão de obra pública.
- 
31. Os municípios do estado do Amazonas e a Defensoria Pública devem apresentar prestação de contas anual da aplicação dos recursos municipais
- (A) ao Tribunal de Contas do Município.
  - (B) à Assembleia Legislativa.
  - (C) ao Tribunal de Contas da União.
  - (D) ao Poder Legislativo.
  - (E) ao Tribunal de Contas do Estado.
- 
32. As associações formadas por pessoas jurídicas políticas, com personalidade de direito público ou de direito privado, criadas mediante autorização legislativa, para a gestão associada de serviços públicos são conhecidas por
- (A) organização social.
  - (B) consórcio público.
  - (C) agência reguladora.
  - (D) agência executiva.
  - (E) entidade paraestatal.
- 
33. As organizações da sociedade civil de interesse público são
- (A) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, que recebem qualificação jurídica, para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado, mediante termo de parceria.
  - (B) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que fazem parceria com a Administração pública, em regime de mútua colaboração, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco.
  - (C) aquelas instituídas por lei, com personalidade de direito privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos.
  - (D) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por servidores públicos em nome próprio, para a prestação, em caráter privado, de serviços sociais não exclusivos do Estado.
  - (E) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, e que recebem qualificação jurídica e delegação do Poder Público, mediante contrato de gestão.

#### Noções de Direito Constitucional

34. Mauro possui 18 anos de idade e deseja concorrer às eleições deste ano. De acordo com a Constituição Federal de 1988, ele possui a idade mínima de elegibilidade apenas para o cargo de
- (A) Deputado Estadual.
  - (B) Senador.
  - (C) Governador de Estado.
  - (D) Vereador.
  - (E) Presidente da República.



35. De acordo com o artigo 7<sup>o</sup> da Constituição Federal de 1988, a ação de trabalhadores urbanos e rurais, que vise à obtenção de créditos resultantes das relações de trabalho, possui prazo prescricional de **I** e deve ser ajuizado até o limite de **II** após a extinção do contrato de trabalho.
- Preenchem, correta e respectivamente, as lacunas **I** e **II**:
- (A) dois anos – um ano
  - (B) quatro anos – três anos
  - (C) dez anos – cinco anos
  - (D) três anos – dois anos
  - (E) cinco anos – dois anos
- 
36. O imposto sobre produtos industrializados é de competência
- (A) do Distrito Federal.
  - (B) dos Estados e dos Municípios.
  - (C) do Estado, apenas.
  - (D) do Município, apenas.
  - (E) da União.
- 
37. A vedação à cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado se refere ao princípio tributário da
- (A) legalidade.
  - (B) isonomia.
  - (C) seletividade.
  - (D) irretroatividade.
  - (E) progressividade.
- 
38. Constitui competência privativa do Presidente da República
- (A) vetar projetos de lei, total ou parcialmente.
  - (B) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas pertencentes a Municípios instalados no Distrito Federal.
  - (C) escolher a totalidade dos membros do Tribunal de Contas da União.
  - (D) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal.
  - (E) autorizar a alienação de terras indígenas e da exploração de recursos hídricos.
- 
39. Quando o texto constitucional de 1988 assegura que NÃO haverá júízo ou tribunal de exceção, está se referindo ao princípio do
- (A) sigilo das votações.
  - (B) acesso à justiça.
  - (C) juiz natural.
  - (D) contraditório e da ampla defesa.
  - (E) duplo grau de jurisdição.
- 
40. Sobre os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, considere:
- I. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
  - II. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
  - III. É prevista a aplicação de penas de caráter perpétuo para os condenados por crimes hediondos.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) III, apenas.
  - (D) I e II, apenas.
  - (E) I, II e III.





41. A Defensoria Pública do Amazonas publicou atos de designação de servidores no Diário Oficial do Estado. A mencionada situação atende diretamente ao princípio constitucional da
- (A) publicidade.
  - (B) tipicidade.
  - (C) presunção de legitimidade.
  - (D) impessoalidade.
  - (E) eficiência.
- 
42. Carina é brasileira naturalizada. Conforme as normas constitucionais acerca do tema, ela poderá
- (A) exercer qualquer cargo público, tendo em vista que Constituição Federal de 1988 veda a distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
  - (B) ter a naturalização cancelada, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
  - (C) exercer cargo de oficial das Forças Armadas, desde que não possua função de chefia ou de gerência.
  - (D) exercer cargo de carreira diplomática, desde que não possua função de chefia ou de gerência.
  - (E) ter a naturalização cancelada, por decisão administrativa, em razão do cometimento de crime hediondo no território nacional.
- 
43. Sobre os direitos políticos previstos na ordem constitucional brasileira, considere:
- I. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos.
  - II. Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores e serem eleitos.
  - III. Os conscritos, durante o período militar obrigatório, são inelegíveis.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I e II, apenas.
  - (B) II e III, apenas.
  - (C) I e III, apenas.
  - (D) I, II e III.
  - (E) III, apenas.
- 
44. Suponha que, em 2022, o Presidente da República pretenda editar uma medida provisória que aumentará a pena relacionada a crimes graves. Nesse caso,
- (A) a medida provisória perderá vigência se não for convertida em lei no prazo improrrogável de 180 dias, contados de sua edição.
  - (B) havendo rejeição da medida provisória, ela poderá ser reeditada sucessivamente na mesma sessão legislativa.
  - (C) a votação da medida provisória será iniciada no Senado Federal.
  - (D) a medida provisória será convertida em lei ordinária, caso não seja apreciada em até quarenta e cinco dias pela Câmara dos Deputados.
  - (E) trata-se de tema que não poderia ser disciplinado por medida provisória, em razão de vedação constitucional expressa.
- 
45. Suponha que um coletivo de jovens pelo meio ambiente esteja organizando uma manifestação em um parque público. Segundo as normas constitucionais que tratam do tema, o direito de reunião
- (A) assegura que seus participantes utilizem armas durante a manifestação.
  - (B) independe de prévia autorização.
  - (C) pode frustrar outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo desnecessário prévio aviso à autoridade competente.
  - (D) não pode ser restringido em nenhuma hipótese.
  - (E) pode ser exercido com o uso de violência.
- 
46. Determinada associação está sendo investigada, porque supostamente teria sido utilizada para fins ilícitos. De acordo com a Constituição Federal de 1988, eventual suspensão das atividades da associação
- (A) exigiria decisão judicial com trânsito em julgado proferida pelo Supremo Tribunal Federal.
  - (B) poderia ocorrer por decisão administrativa do Ministro da Justiça, ainda que pendente de recurso.
  - (C) poderia ocorrer por decisão administrativa irrecorrível.
  - (D) demandaria decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado.
  - (E) não poderia ocorrer, em virtude da garantia constitucional do direito à associação.



47. Acerca das normas constitucionais relacionadas à ordem econômica e financeira, considere:
- I. O Poder Público atuará como agente normativo e regulador da atividade econômica.
  - II. Será dispensado tratamento jurídico diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, visando incentivá-las pela simplificação das obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.
  - III. As empresas públicas e as sociedades de economia mista gozarão de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) III.
  - (B) II e III.
  - (C) I e II.
  - (D) I e III.
  - (E) II.
- 
48. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Estado poderá intervir em seus Municípios quando
- (A) ameaçado o livre exercício dos consórcios intermunicipais.
  - (B) for necessário para assegurar os direitos humanos e a autonomia municipal.
  - (C) existir risco de invasão estrangeira ou de um Município em outro.
  - (D) não tiver sido aplicado o máximo exigido da receita municipal nas ações e serviços públicos de saúde.
  - (E) não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- 
49. Suponha que o Estado do Amazonas pretenda instituir novas regiões metropolitanas, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Para tanto, deverá fazê-lo por meio de
- (A) lei complementar.
  - (B) resolução.
  - (C) decreto legislativo.
  - (D) medida provisória.
  - (E) decreto executivo.
- 
50. De acordo com o artigo 24 da Constituição Federal de 1988, é de competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal legislar sobre
- (A) Forças Armadas.
  - (B) nacionalidade, cidadania e naturalização.
  - (C) direito penal.
  - (D) procedimentos em matéria processual.
  - (E) serviço postal.

#### Noções de Administração

51. O planejamento organizacional voltado para a visão futura do órgão, de nível geral e com alcance de longo prazo corresponde ao seu nível
- (A) intermediário.
  - (B) final.
  - (C) estratégico.
  - (D) operacional.
  - (E) tático.
- 
52. A governança em organizações públicas busca, prioritariamente,
- (A) pela articulação realizada entre os entes federativos e seus órgãos de execução.
  - (B) pela boa imagem e legitimidade do gestor público.
  - (C) pelo modo como o setor público interage com o setor privado.
  - (D) pelo aumento da eficácia, da eficiência e da efetividade da Gestão Pública.
  - (E) pela adequação do plano de governo ao orçamento público.
- 
53. Está dentre os princípios que regem as licitações e constam do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 o princípio da
- (A) segurança jurídica.
  - (B) celeridade.
  - (C) motivação.
  - (D) economicidade.
  - (E) moralidade.



54. Sobre os atos administrativos, aqueles que carregam pareceres e laudos são conhecidos como atos
- (A) enunciativos.
  - (B) de opinião.
  - (C) de simples execução.
  - (D) materiais.
  - (E) de conhecimento.
- 
55. Sobre o planejamento orçamentário, o instrumento que é o elo de ligação entre os demais, possui vigência de um ano e deve ser apresentado ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro corresponde
- (A) ao Plano Anual de Metas.
  - (B) à lei orçamentária quinquenal.
  - (C) à lei orçamentária anual.
  - (D) ao Plano plurianual.
  - (E) à lei de diretrizes orçamentárias.
- 
56. Dentre os princípios orçamentários, o princípio da unidade ou da totalidade determina que
- (A) cada ente federado deve possuir apenas um orçamento que consolide todas as receitas e despesas da Administração Pública daquele ente.
  - (B) as previsões de despesas devem atender a um único modelo, que facilite a fiscalização do Poder Legislativo e outros órgãos de controle.
  - (C) a lei orçamentária anual não poderá conter previsões estranhas à previsão de receita e despesa, devendo centrar-se unicamente nestes aspectos.
  - (D) o orçamento deve ser elaborado com vigência de um ano, limitado a apenas um exercício financeiro.
  - (E) as despesas e orçamentos devem ser previstos no orçamento em um modelo único, o de valores brutos.
- 
57. Dentro do estudo da liderança, a teoria que se volta ao treinamento de habilidades e não somente à exploração de características inatas do líder, é conhecida como teoria
- (A) dos traços.
  - (B) diretiva.
  - (C) contingencial.
  - (D) comportamental.
  - (E) ambiental.
- 
58. Considerando a organização administrativa de um ente federativo, no contexto da Administração indireta, a distribuição de competências de uma para outra pessoa física ou jurídica corresponde à
- (A) centralização.
  - (B) descentralização.
  - (C) divisão organizacional.
  - (D) desconcentração.
  - (E) concentração.
- 
59. São características das autarquias, a
- (A) especialização dos fins e atividades, sem capacidade de autodeterminação e sujeição a tutela e controle.
  - (B) sujeição a controle e tutela, criação independente de lei, personalidade jurídica de direito público.
  - (C) criação por lei, capacidade de autoadministração e especialização dos fins ou atividades.
  - (D) personalidade jurídica privada, capacidade de autodeterminação e não sujeição a controle ou tutela.
  - (E) criação por lei, não sujeição a controle ou tutela e personalidade jurídica de direito privado.
- 
60. Segundo disposição da Lei nº 10.520/2002, na modalidade licitatória do pregão é VEDADA, expressamente, a
- (A) garantia de proposta.
  - (B) entrega de cópia do edital a qualquer pessoa.
  - (C) manifestação de recurso pelos licitantes.
  - (D) exigência de fiança.
  - (E) adoção do critério do menor preço.